



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CONVERSAS & CONTROVÉRSIAS

Conversas & Controvérsias, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2178-5694

<http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2025.1.48074>

DESIGUALDADE EDUCACIONAL EM DEBATE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Direito à escolarização: desafios e perspectivas na educação de mulheres trans e travestis.

Right to schooling: challenges and perspectives in the education of trans and transvestite women.

Jacson Caprini de

Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-2676-8371
jicaprini@yahoo.com.br

Ângelo Brandelli Costa¹

orcid.org/0000-0002-0742-8152
angelo.costa@pucrs.br

Recebido em: 27 maio 2025.

Aprovado em: 08 set. 2025.

Publicado em: 05 nov. 2025..

Resumo: A questão principal do presente estudo centraliza-se na análise da evasão de mulheres trans e travestis de espaços educacionais. Em complemento, como pergunta de pesquisa neste artigo temos: "Quais as formas de resistências podem ser utilizadas pelas mulheres trans e travestis no enfrentamento à evasão escolar?". É importante mencionar que este artigo é uma reflexão de parte da tese que foi apresentada pelo autor no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da PUCRS, a qual teve como objetivo investigar como o mercado de trabalho formal está em relação ao público trans e travesti. Para este estudo, utilizamos amplamente a pesquisa social interpretativa, também conhecida como *narrativas biográficas*, visando conhecer as histórias de vidas de duas mulheres trans e seus percursos. Considerando, então, que nosso sujeito referencial necessitou se afastar dos bancos escolares, devido às violências sofridas, entendemos que uma solução factível para evitar esses fatos sejam a criação e a aplicação de políticas públicas educacionais específicas que possibilitem também a manutenção de uma cidadania plena.

Palavras-chave: evasões; educação; mulheres trans e travestis.

Abstract: The main question of the present study centers on the analysis of the evasion of trans and transvestite women from educational spaces. The research question in this article is: "What forms of resistance can be used by trans women and transvestites to combat school dropout?" It is important to mention that this article is a reflection of part of the thesis that was presented by the author in the Sociology and Political Science Postgraduate Program at PUCRS, which aimed to investigate how the formal job market is in relation to the trans and transvestite public. For this study we made extensive use of Interpretive Social Research, also known as Biographical Narratives, aiming to learn about the life stories of two trans women and their journeys. Considering then that our reference subject needed to move away from school, due to the violence suffered, we understand that a feasible solution to avoid these events is the creation and application of specific public educational policies that also enable the maintenance of full citizenship.

Keywords: Evasions; Education; Trans and transvestites women.

Educação para todas as pessoas?

Primeiramente, cabe registrar que se vem pesquisando o mercado de trabalho e as relações das pessoas trans e travestis, em especial as mulheres, no tocante a esse. Dito isto, tem-se que o presente artigo é, em parte, recorte da tese (Oliveira, 2025), que investigou as vivências daquele público. Como o período escolar se mostrou com grande re-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

presentatividade nas trajetórias trans², além de outros pontos focais, traz-se parte do resultado da referida pesquisa ao conhecimento do público.

Neste ponto, também cabe salientar que o objetivo deste artigo é verificar em quais momentos as mulheres trans e travestis enfrentam maiores problemas vivenciais quando dentro de instituições escolares, bem como quais as possíveis consequências imediatas ou no longo prazo que essas adversidades podem causar ao nosso sujeito de pesquisa. Ainda, iremos perpassar por questões envolvendo políticas públicas, em especial as que remetem ao sistema educacional.

O texto que segue inicia com uma provocação em seu título (Direito à escolarização), questionando a real existência de espaço institucional para todos os sujeitos, independentemente de seus marcadores identitários, tais como: raça, orientação sexual, identidade de gênero, posição social e religião, como exemplos não exaustivos. Afinal, essa é a garantia que a Constituição Federal (Brasil 1988) traz em seu bojo, em diversos de seus artigos e, em especial, no capítulo I.

Todavia, é crucial registrar que as primeiras legislações nacionais não viam a educação como um instrumento que deveria ser acessível a todos como observamos atualmente. Nesse sentido, a Constituição de 1834 previa a educação gratuita, porém somente para o nível básico. Conforme Smarjassi e Arzani (2021), foi somente em 1969, com uma emenda à legislação de 1934, que houve o reconhecimento da educação em esfera constitucional e como direito para todos.

Um olhar desatento poderia sugerir que a educação, como um dos direitos basilares que

o nosso legislador registrou na Carta Magna de 1988, é inquestionável e está disponível, portanto, para todos os sujeitos que estão compondo a unidade federativa. Entretanto, o que se fala em igualdade formal, garantida por lei, está longe de se equiparar, sequer, à igualdade material, em que os sujeitos realmente têm seus direitos atendidos. Nesse sentido também a análise de Araújo (2011) quando destaca que, muito além da possibilidade de entrada nas salas de aula, o importante é ter um acompanhamento sobre a permanência desses alunos(as) nos espaços educacionais. Essa mesma autora ainda irá registrar a questão de que o Brasil, em pleno século XXI, ainda não tem o que se entende por educação em nível nacional, dadas as grandes desigualdades que se observam entre as diversas regiões que compõem o país³.

Ainda em relação a essa questão, temos na parte introdutória da pesquisa organizada por Peres (2009) dados reveladores no tocante à exclusão do público LGBTQIA*, quando menciona que na Parada Gay de 2004, no Rio de Janeiro, cerca de 40,4%⁴ dos adolescentes, entre 15 e 18 anos, mencionaram terem sido vítimas de homofobia, o que, em certa medida, acabou afastando esses alunos dos locais destinados à educação.

Ocorre que vivemos em um país de dimensões continentais em que as desigualdades⁵ são, infelizmente, uma realidade que nos acompanha há longa data. Aquelas são fruto ainda de uma cultura colonialista, machista e racista, que leva em conta muito fortemente os princípios da moral e dos bons costumes, em especial buscando preservar os valores do que se compreende como

² Embora a tese que deu suporte ao presente artigo contemple duas histórias de vida, temos que a questão de haver uma grande dificuldade na permanência de mulheres trans e travestis em sala de aula tem-se mostrado frequente e em grande volume. É o que registra o relatório da ANTRA (Benevides e Nogueira 2021), bem como a pesquisa de Xavier (2020), desenvolvida na cidade de São Paulo, em que a pedagoga entrevistou cinco pessoas trans e travestis buscando verificar como e quando ocorrem as evasões escolares com maior intensidade, e a pesquisa da Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGT 2016); todas corroboram o que fora encontrado em campo nesta pesquisa. Nesse último estudo, temos que a violência atingiu 73% das pessoas não heterossexuais, contribuindo, dessa forma, com o forte movimento de evasão de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ em nosso país, a título somente exemplificativo.

³ Em suma, Araújo (2011) registra que as regiões Norte e Nordeste, destacadamente as mais carentes, acumulavam em 2006 cerca de 54% do total de reprovações no país. Nesse sentido também a questão do analfabetismo funcional, o qual, em 2005, tinha naquelas regiões a concentração de 58,9% da unidade federativa.

⁴ Na Parada Gay de Porto Alegre em 2004, também o assunto veio à tona, revelando cerca de 40% dos jovens passando pela mesma problemática, assim como ocorreu na Parada Gay de Belo Horizonte, em que o percentual chegou a 34,5% do público-alvo.

⁵ Sobre essa questão, especificamente, cabe registrar que às mulheres trans e travestis, invariavelmente, enfrentam diversas e frequentes situações de *bullying* no ambiente escolar, o que as força a abandonar a instituição, considerando que sofrem essa espécie de violência. Nesse sentido, crucial registrar que situações como dificuldades para utilizar o sanitário adequado e a resistência em utilizar o nome social causam uma série de transtornos às pessoas investigadas.

sendo a "tradicional família brasileira". Ainda, vale registrar que o que se busca, em realidade, não é igualdade de tratamento para todos os sujeitos, mas equidade, uma vez que devemos levar em conta as particularidades dos inúmeros grupos que compõem a sociedade, com um cuidado redobrado quando visualizamos as vulnerabilidades.

Em termos de dados que configuram a desigualdade⁶ mencionada, temos a pesquisa da ANTRA (Benevides e Nogueira 2021) na qual se percebeu que cerca de 70% das pessoas trans e travestis não concluíram o ensino médio e apenas 0,03% delas chegaram ao ensino superior. Esses pontos conjugados com o que expressamos em termos de desigualdades⁷ formatam então o recorte analítico, de modo expresso, do tema sobre o grande volume de evasão escolar que ocorre entre os sujeitos investigados tendo em vista as inúmeras formas de discriminação que enfrentam em seus cotidianos, com ressaltos à homofobia e à transfobia recorrentes. Neste ponto, também cabe mencionar que a evasão que iremos focar é em termos de nível fundamental, já que observamos que grande parte do nosso público acaba não avançando para outros níveis.

Historicamente temos que a evasão escolar é um fenômeno que tem ocorrido largamente ao longo dos anos, por diversas questões, sendo mais comuns as de cunho econômico-financeiro, considerando que vivemos em uma sociedade altamente capitalista. Todavia, temos que consi-

derar atualmente também as diversas interseccionalidades de marcadores identitários, como bem ressalta Ávila (2025), sendo que nesse tópico então incluímos as minorias que correspondem ao público ora investigado. Em termos de pesquisas sobre evasão escolar ao longo dos últimos anos, enfaticamente entre 2014 e 2023, temos o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no qual se visualizam as variações percentuais em termos de evasão. Conforme o estudo, houve uma queda entre os anos de 2014 e 2019, ocorrendo uma alta em 2019, após esse ano havendo queda gradativa⁸.

Dentre os principais motivos observados na ocorrência da evasão, estão a necessidade prematura de trabalhar para auxiliar no sustento da família, corroborando com uma das histórias de vida que traremos adiante, e as gravidezes precoces⁹. A pesquisa de Fernandes (2011), bem como a de Silva (2024), registra que a falta de interesse também tem figurado com um dos grandes motivadores para a evasão escolar. No aspecto subjetivo, iremos observar, em diversas pesquisas, que é predominante a figura do homem, negro e periférico¹⁰.

Importante deixar consignado que as consequências da evasão escolar¹¹ não estão centradas somente no caráter individual, como bem registra Salata (2019), mas se expandem para o campo da coletividade no momento em que prejudicam a formação do capital humano e, via

⁶ Especificamente sobre a questão da desigualdade vale verificar a lição de Ribeiro (2011) quando nos explica que existem duas formas distintas de avaliá-la: através das Desigualdades de Oportunidades Educacionais (DOE) e através das Desigualdades de Resultados Educacionais (DRE). Cada uma contempla uma série de subdivisões importantes para, de forma conjunta, termos um panorama sobre a desigualdade em cada caso. A respeito dessa segunda forma, é crucial também ter em conta as transições educacionais que o aluno irá enfrentar ao longo dos anos.

⁷ Salata (2019) alerta para o fato de que as desigualdades acabam sendo, em parte, uma das consequências da evasão escolar no Brasil, pois limitam os acessos a determinados cargos, bem como a estar efetivamente empregado(a). Esse estudo está respaldado por relatórios do PNAD e suplementos. Nesse sentido, também, a tese de Brito (2014) quando utiliza desses relatórios e percebe ter havido desigualdades persistentes no caso do ensino médio e crescentes no caso do ensino superior.

⁸ Existem outros estudos relevantes sobre as questões envolvendo evasão escolar, mas elegemos esses ora elencados. Outro de grande representatividade foi desenvolvido por Reynaldo Fernandes (2011) tendo como base os dados entabulados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2011).

⁹ Nesse sentido, também, o estudo de Salata (2019) quando analisa os jovens de idades entre 15 e 17 anos e percebe que a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família acaba por afastá-los do ambiente escolar.

¹⁰ Rumberger (2001) esclarece que o *background* familiar afeta diretamente o comportamento do aluno(a) em relação à sua participação, ou não, em sala de aula. Assim, as questões de nível de estudos dos familiares, local de moradia e estrutura socioeconômica irão influenciar diretamente no engajamento ou não do aluno em sala de aula. Nesse sentido, também, o texto de Ribeiro (2011) ao entender que o efeito dos recursos dos pais pode afetar o desempenho dos filhos e, portanto, ser elemento que contribua com a evasão.

¹¹ Outro ponto importante destacado por Salata (2019) é no sentido de que a evasão escolar não é o resultado de uma decisão individual, mas se revela como a etapa final de um processo complexo que envolve principalmente o desengajamento do sujeito na relação que iniciou com o espaço escolar.

de consequência, colocam obstáculos para um melhor desenvolvimento econômico da região geográfica afetada, bem como outros problemas de ordem social (aumento dos níveis de criminalidade e pobreza, por exemplo).

Observada a problemática, temos que as políticas públicas são instrumentos que servem para garantir os direitos e as cidadanias de uma forma efetiva. Esses programas ou ações podem ser elaborados tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada – neste último caso, através dos processos de participação popular. Visando dar um panorama das políticas públicas no Brasil, e levando em conta os dados histórico-culturais ora trazidos, temos no artigo de Smarjassi e Arzani (2021) uma crítica acerca justamente das políticas públicas no sentido de terem sido instituídas no país de forma tardia e incompleta. Nesse aspecto, temos que as primeiras políticas públicas educacionais teriam surgido no tempo do Brasil Império (1834), tendo sido limitadas à instrução primária, além de também restringirem o acesso a alguns estudantes.

Quase um século depois, por volta do ano de 1932, é que iremos observar um grande avanço em termos qualitativos representado na figura de Anísio Teixeira ao assinar o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Dentre os elementos importantes nesse novo projeto, enfatizamos a busca por um Sistema Nacional de Educação. Todavia, é somente através da Emenda Constitucional de 1969 que se reconheceu efetivamente a educação como um direito para todos. Seguindo, quando vemos o Estado Social solidificado, observamos um realinhamento dos direitos educacionais, que passam a ter um caráter mais subjetivo e, com isso, um avanço após longo período de retrocessos. A expressão desse direito irá ocorrer em 1988, quando da promulgação da atual Constituição Federal, em que a educação passa a ser vista como um direito social público e subjetivo, constando no rol de direitos funda-

mentais (art. 6º da CF).

Apesar desse desenvolvimento observado, mesmo que tímido, é fundamental que se tenha em mente a necessidade efetiva de escolas que consigam atender a todo o público que a busque, evitando, desse modo, qualquer espécie de exclusão. Nesse sentido, vimos o estudo desenvolvido em parceria entre Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec 2025), em que, embora o percentual de alunos fora da escola tenha sofrido redução de 3,9% para 2,7% entre 2016 e 2019, significando uma média de 1,1 milhões de crianças fora das instituições, com idade entre 4 e 17 anos, as desigualdades ainda permaneciam. De acordo com o relatório, as causas que levam à exclusão são as mais variadas, oscilando entre gravidez prematura, desinteresse pelos estudos e necessidade de auxiliar a família com o trabalho.

Seguindo, temos que, quando entramos em campo para investigar esse ponto em especial, vamos nos deparar com histórias de vidas marcadas pelas fragilidades acentuadas ainda na instituição familiar, com quadros desoladores de falta de atendimento às necessidades ainda muito básicas – alimentação, saúde, higiene e educação, dentre outras.

Quando pensamos em sujeitos que apresentam uma identidade de gênero que não coincide com o sexo atribuído ao nascimento, como é o caso das mulheres trans, deparamo-nos com situações muito peculiares. Nesse sentido, temos quadros rotineiros de violências nesse ambiente, sejam elas reais ou simbólicas¹² (Bourdieu 2002). Uma das primeiras que gostaríamos de trazer à tona é a objeção em tratar as sujeitas pelo seu nome social. Esse é um dos pontos mais recorrentes em sala de aula, seja quando perpetrado pelos professores, seja pelos colegas de aula. Em certa medida, compreende-se que essa manifestação comportamental representa uma negação

¹² Como explica Bourdieu (2002), essa espécie de violência pode ser vista como uma forma instrumental de manter os corpos submissos, ou seja, garantir a dominação de um conjunto de sujeitos por outros, contribuindo para a domesticação dos dominados, citando Weber. Acrescenta Bourdieu que há, inerente a essa luta, o interesse centrado no capital econômico, como ferramenta que busca garantir a hierarquização, bem como controle dos que irão gerar a produção de bens ou serviços para o consumo em geral. Essa violência simbólica, suavizada quando comparada à real, se multiplica através das principais instituições: a igreja, a escola e o Estado.

à identidade do sujeito e, com isso, inviabiliza-o.

Outro ponto que ainda tem se tornado muito comum nos espaços escolares são as manifestações de *bullying*¹³. De acordo com a legislação específica sobre o assunto, Lei n. 13.185/2015, trata-se este de

[...] ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil 2015).

Por esse ângulo, o que se percebe com maior frequência são os constrangimentos através de chacotas, principalmente com as ora meninas trans, em geral no período da adolescência, quando os meninos as chamam de "mulherzinhas, maricas ou travecos", com o intuito pejorativo, bem como de buscar diminuir o indivíduo. Essas espécies de hostilidades, em franco período educacional, têm demonstrado que a evasão começa a tomar corpo em função do grande volume de ações preconceituosas impingidas contra as mulheres trans e travestis, o que acarreta, via de consequência, uma série de traumas nas sujeitas vitimadas.

A literatura irá nos demonstrar que, inegavelmente, as situações aqui registradas trarão aos indivíduos inúmeras consequências de caráter negativo. As mais comuns, e registradas nas obras de Paniza e Moresco (2022), bem como na de Rosado (2023), são depressão, baixa autoestima, consumo de drogas e práticas sexuais de sobrevivência. É evidente, então, o prejuízo à vítima dessa forma de violência impingida por sujeitos que estão convivendo nos mesmos ambientes institucionais. Quando falamos, especificamente, em locais de estudo, temos também como consequência secundária, invariavelmente, uma queda drástica no rendimento escolar, podendo culminar na evasão escolar.

Buscando ilustrar a situação referida em linhas anteriores, temos na pesquisa de Peres (2009) o caso da menina trans Lara. Relata ela, na entrevista desenvolvida pelo autor, que fora vítima de agressões (aos 8 anos de idade) de diversas naturezas no ambiente escolar, culminando com as de caráter sexual. Além do quadro traumático revelado pela vítima, temos que esta buscou espaço em uma escola de italiano, agora aos 18 anos de idade, e ainda assim lhe foi negado com a justificativa da diretora da instituição de que ela "não iria denegrir a imagem de sua escola com pessoas que não fossem de bem" (Peres 2009, 248). O resultado de tal atitude foi uma profunda depressão da vítima, inclusive com ideias suicidas.

Felizmente essa não é a única possibilidade de passagem pelas instituições escolares que vemos em relação às mulheres trans. Assim, observamos casos emblemáticos como o de Luma, que escreve um capítulo na obra de Bento (2015) retratando toda sua trajetória desde os bancos escolares até a aprovação no Doutorado em Educação na Universidade Federal do Ceará, sendo, pois, a primeira travesti no Brasil a chegar a esse nível acadêmico. De modo análogo, temos o exemplo de Marina Reidel, que conseguiu também frequentar os bancos escolares atingindo o nível de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que certamente exigiu dessa mulher trans grandes esforço e determinação tanto para conseguir a titulação quanto para estar em sala de aula, hoje na figura de professora em escola na cidade de Montenegro (RS). Todavia, aqui é importante ressaltar que as situações de preconceito e discriminação também fizeram parte das trajetórias dessas sujeitas, mas elas conseguiram, em certa medida e provavelmente com grande esforço, resistir às situações enfrentadas e manter-se em sala de aula.

Outro ponto muito comum, e que observamos em entrevistas abertas na pesquisa empírica,

¹³ Cúnico et al. (2019) irão mencionar que, além das consequências mais conhecidas do *bullying*, como o isolamento e o sofrimento psíquico, poderemos encontrar pessoas com transtornos de ordem mental tais como ansiedade e depressão, podendo inclusive levar ao evento morte pelas tentativas de suicídio. A autora traz, inclusive, dados quantitativos em pesquisa realizada nos Estados Unidos com 27.715 pessoas trans, em que 40% teriam tentado o suicídio uma vez ou mais.

foi a violência dentro dos sanitários, em corredores da escola ou mesmo dentro das salas de aula. As agressões aqui tomam maior corpo e a violência se manifesta de forma mais enfática do que a anterior. Se o *bullying* já traz sua carga de sofrimento às vítimas, aqui ele toma grandes proporções, chegando a eliminar sujeitos do contexto educacional, dessa forma, retirando-lhes a oportunidade de conseguirem obter um melhor preparo para enfrentar o mercado de trabalho formal oportunamente.

O enfrentamento dessas questões pode ser feito com o que Reidel (2013), que escreveu sua dissertação sobre parte dos comportamentos observados em sala de aula, denominou de "Pedagogia do salto alto". A ideia central desenvolvida pela pesquisadora é a de que as professoras trans, quando em sala de aula, possam ser as principais mediadoras em questões que envolvam violência, real ou simbólica, entre os alunos, em temas que tangem à transfobia ou à homofobia. Como professores, em geral, são vistos como adultos de referência, Reidel compreende que essas pessoas podem também aproveitar essa posição para mediar e minimizar os conflitos em sala de aula, principalmente balizados por questões de preconceito e discriminação.

Nesse sentido, também, o texto de Santos et al. (2014), que analisaram as diversas intercorrências de situações envolvendo o *bullying* tanto nas salas de aula quanto em áreas correlatas. De acordo com as autoras, uma das formas encontradas como eficazes para, ao menos, minimizar as situações violentas no ambiente escolar é a utilização dos recursos denominados "círculos restaurativos". Essa metodologia de solução de conflitos visa colocar vítima e ofensor, podendo ingressar terceiros envolvidos, em um diálogo aberto em que se vise resolver tais dissidências. Assim, busca-se criar um clima menos hostil no ambiente institucional, protegendo-se as integridades físicas e psicológicas dos alunos e, por via de consequência, alcançando-se como resultado a existência de um local mais colaborativo e de

efetivo crescimento acadêmico.

Analisando o tema sob outro viés, trazemos agora a visão de Seffner (2011) quando lidou com a questão da inclusão e das diversidades desenvolvendo uma pesquisa etnográfica nas escolas de nível fundamental e médio na cidade de Porto Alegre (RS). Um dos primeiros apontamentos que é trazido à tona pelo autor é acerca de professores terem uma gama muito grande de responsabilidades no trato com as questões atinentes a gênero e sexualidade. Todavia, essas possibilidades de discursos em sala de aula vêm, de certa forma, já amarradas ao que se considera politicamente correto e definido por autoridades (políticas, religiosas, comunitárias). Ou seja, muito se exige dos profissionais da educação, mas pouca autonomia tem estes para o trato com questões tão delicadas em sala de aula.

Outra crítica muito coerente do professor Seffner (2011) é no sentido de que os temas como sexualidade e identidade de gênero não deveriam ser obrigatórios como discussão em sala de aula, mas terem livre acesso para aqueles que apresentam algum interesse em conhecer (e desmistificar) tópicos como esses. Ainda, é preciso considerar que temos uma enorme gama de heterogeneidade que compõe o espaço das salas de aula, sendo que não seria factível uma separação desses alunos para participarem de discussões sobre esses objetos, tampouco se mostraria possível delinear os temas com abordagens específicas para cada tipo de subgrupo que compõe o principal. Recorda-nos o autor também que abordar esses conteúdos em sala de aula, além de não ser exclusividade desse espaço, corresponde a uma grande responsabilidade por estarmos cientes de que alunos são provenientes das mais diversas famílias¹⁴ e que trazem em sua "bagagem" uma série de princípios morais.

Outra problemática que é enfrentada nos bancos escolares diz respeito à ofensiva antigênero. A respeito desse tópico, temos o artigo de Pereira et al. (2020) em que, de forma sintética, buscaram

¹⁴ Neves de Jesus et al. (2022) trazem dados reveladores em sua pesquisa quando afirmam, categoricamente, que os quadros de violência, de todas as naturezas, ocorrem inicialmente no seio familiar. A saída do "armário" tem ocasionado sérias consequências para

avaliar as consequências do cerceamento em tratar temas como gênero e sexualidade em sala de aula, sob o argumento de se estar criando uma forma de apologia ao lidar com esses tópicos. Em termos de possibilidades de solução à problemática aqui tratada, foram aventadas formas alternativas para se tratar dos temas, permitindo desse modo que se mantenham em pauta, assim como políticas públicas que busquem, em alguma medida, amparar o trabalho dos educadores.

Nas próximas linhas, descrevemos, então, a metodologia que fora utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, bem como trazemos um apanhado sucinto sobre os passos que esta deve seguir para se tornar realmente válida conforme prevê a literatura específica.

Metodologia de pesquisa

Para o desenvolvimento desta investigação, utilizamos amplamente a pesquisa social interpretativa, mais comumente conhecida como *narrativas biográficas* (Santos 2009), a qual tem fito expressamente qualitativo e opera de forma aberta. A intenção, nesse momento, é que o pesquisador se apresente em campo livre dos seus pre(pré)conceitos e busque ouvir com muita atenção o que a pessoa entrevistada está disposta a ofertar.

A metodologia utilizada teve seus predecessores em Mead, Weber, Husserl e Garfinkel, ainda no início do século XX, mas foi em autores contemporâneos, todos de origem alemã, tais como Alfred Schütz, Fritz Schütze e Gabriele Rosenthal, que esse formato de pesquisa ganhou maior expressividade. Esses três últimos sociólogos se uniram em Bielefeld, Alemanha, na década de 1970 e aprimoraram o que se tinha por concepção de pesquisa social interpretativa.

De forma sucinta, o método que ora apresentamos contempla ao menos quatro etapas, podendo eventualmente chegar a cinco, obrigatórias. Assim, o primeiro momento exige que o pesqui-

sador se dirija ao campo e busque entrevistar o sujeito alvo de suas inquietações. Esse primeiro contato pode ser feito de forma individualizada ou em parceria com outro colega, sem que se altere o resultado. Feita essa primeira investida, e de posse do material, é indicado que se produza de imediato o *memo*¹⁵. Este documento, que poderá ser bem sucinto, tem o propósito de registrar as primeiras impressões que se teve no ambiente pesquisado e servirá como elemento norteador para os demais passos que a metodologia exige.

Seguindo, devemos agora traçar as hipóteses, analisando cada evento em ordem cronológica, e buscando traçar qual seria o possível comportamento de nosso agente diante das mais variadas situações que possam ocorrer no cotidiano. Aqui é que aplicamos o princípio da hermenêutica objetiva, desenvolvido de forma profunda pelo sociólogo alemão Ulrich Oevermann: isolamos os fatos e, a partir daí, traçamos as possibilidades de formas de resolver cada assunto. A ideia é que se isole cada momento, como se não conhecêssemos toda a narrativa, e trazemos aqui as hipóteses. Seguindo a leitura do texto narrado é que conseguiremos, então, verificar se o que imaginamos como linha comportamental se comprovou ou foi refutado. Importante registrar que a história de vida narrada, em geral, apresenta-se de forma desconectada com a cronologia, uma vez que segue as estruturas de relevância do sujeito entrevistado.

Essa reorganização de ideias é necessária para conseguirmos visualizar toda a trajetória de vida, com o máximo de aproximação com o que fora vivenciado realmente. Crucial registrar que nem mesmo a pessoa entrevistada conseguirá reproduzir os fatos exatamente como eles ocorreram, seja em função de esquecimentos, doenças (Alzheimer ou demência), traumas ao repassar por determinadas situações ou mesmo por não as considerar de grande importância. Fato é que, quando estamos a contar a nossa

esses sujeitos, desde seus não reconhecimentos como identidades até as expulsões efetivas dos seios familiares. A situação em tela se agrava quando os familiares usam como lastro do diálogo a forte influência religiosa naquela instituição.

¹⁵ O *memo* é um documento simplificado que traz as primeiras impressões de nossa entrevista. Nele registram-se nome da pessoa entrevistada, local onde ocorreu a interlocução, condições dessa, autoapresentação e principais temas que foram foco da narrativa apresentada.

vida para outrem, usamos o que denominamos de *sistemas de relevância* combinados com nosso *estoque de conhecimento*. Os primeiros dizem respeito exatamente ao que o nome se refere, vão surgindo conforme nos parecem mais ou menos importantes. Os segundos, por sua vez, vão se referir à utilização do conhecimento acumulado em relação às experiências passadas, nossas ou de terceiros, conduzindo para uma determinada conduta que nos pareça mais eficiente na tomada de decisões.

Após feitas as análises iniciais é que teremos instrumentos suficientes para traçar um comparativo entre o que chamamos de *vida narrada* com o que se denomina *vida vivenciada*. O contraste entre essas irá apresentar um texto que foi apresentado pelo entrevistado, em geral, de forma desagregada com um texto final que apresenta uma construção cronológica organizada e analítica. Outro objetivo claro nessa perspectiva é identificar as regras sociológicas que levaram o sujeito a se apresentar de determinada forma, bem como fazer um comparativo com as regras que moldaram o seu comportamento na vida vivenciada.

Os pontos finais encontrados com essa metodologia irão se denominar *hipótese estrutural de vida vivenciada e tipo*. O primeiro irá remeter à noção de qual é o papel principal que o sujeito demonstrou em sua trajetória, de acordo com a linha comportamental desenvolvida mediante as diversas situações que apareceram no decorrer de sua vida. Quanto ao tipo, esse revela a resposta à pergunta inicial de pesquisa conforme a trajetória percorrida pelo sujeito entrevistado, bem como levando-se em conta o padrão de comportamento adotado em relação às situações cotidianas.

Histórias de vidas e seus contrastes: Sheila e Verônica¹⁶

A fim de ilustrar, então, o que explicitamos

anteriormente, em termos metodológicos, trazemos à tona neste momento algumas análises acerca das trajetórias de vidas de duas de nossas principais entrevistadas. A escolha por essas personagens, em detrimento de outras entrevistas feitas, se deu devido à história de vida de Sheila apresentar uma grande riqueza de detalhes e estar, em certa medida, representando o que ocorre com a grande maioria das mulheres trans e travestis ao buscar um espaço no mercado formal de trabalho.

Quanto ao segundo caso, temos diversas particularidades nele que nos chamaram a atenção quando da reconstrução da vida vivenciada, mas o principal irá refletir como sendo um contraste máximo com a história de vida de Sheila. Lembrando que a metodologia utilizada também prevê a possibilidade de histórias com contraste mínimo, mas esse não será objeto de nossa exploração neste artigo.

Assim, temos, de forma sintética, que a vida de Sheila foi permeada por diversas vulnerabilidades, desde momentos antes do seu nascimento até o final da trajetória concebida para essa entrevista. Aqui estamos a falar de uma mulher trans, negra, alta, forte e na faixa dos quarenta anos de idade.

Sheila é a filha mais velha de uma família composta inicialmente pelos pais e por mais quatro irmãos com idades muito próximas. Tendo em vista esse fato, a entrevistada esteve na posição de cuidada por seus pais nos primeiros anos de vida, de forma exclusiva. Todavia, assim que a família começou a se ampliar, e considerando as precariedades respectivas, Sheila transitou imediatamente para a posição de cuidadora¹⁷.

Sendo os pais originários das cidades de Tapes e São Sepé, nascidos entre as décadas de 1940 e 1950, iremos ter, pois, como personagens pessoas negras que à época ainda moravam no campo. Na década de 1980, em conjunto com a terceira onda de migração no Estado do Rio Grande do

¹⁶ Os nomes das entrevistadas participantes foram alterados, buscando preservar suas identidades. Todavia, o que se notou de forma unânime é que essas pessoas não querem ficar no anonimato, pois enxergam nas interlocuções uma possibilidade de visibilidade trans, elemento tão perseguido por esse estrato populacional.

¹⁷ Aqui se percebe que Sheila inicia uma forma de trabalho doméstico, mesmo que não remunerado, que vai influenciar mais tarde, diretamente, na sua evasão escolar. Nesse sentido, o texto de Salata (2019) quando aponta para as necessidades de jovens complemen-

Sul (Pereira 2020), observamos o nascimento de nossa entrevistada.

Sheila nasceu já em Porto Alegre, na Vila Bom Jesus, um bairro de periferia e que ainda atualmente apresenta várias precariedades, mas naqueles anos já possuía três escolas de nível fundamental. Assim, essa personagem chegou aos bancos escolares e estudou até a sexta série (ensino fundamental). Vítima frequente de *bullying* e violências físicas, Sheila acabou abandonando os bancos escolares ainda muito cedo¹⁸, arrependimento que demonstra de forma expressa em suas feições quando nos relata sua história de vida, bem como de forma verbal quando da concessão da entrevista¹⁹. Sua descoberta como menino gay e, posteriormente, sua transição de gênero ocorreram (ambas) durante sua adolescência, mais especificamente entre os 13 e 15 anos de idade.

Sem estudo ou formação técnica, nossa entrevistada, agora se identificando como Sheila, ouviu os conselhos de duas travestis mais velhas e foi para as ruas de Porto Alegre tentar buscar os meios de sobrevivência para si e para seus irmãos mais novos, além de sua mãe, que a esse ponto havia se separado em função do alcoolismo do marido.

Em paralelo à prostituição, Sheila acabou entrando e participando ativamente das sessões religiosas, com forte foco nas de matriz afrodescendente. Dessa forma, ao longo dos anos, ela conseguiu manter sua sobrevivência, bem como das pessoas que dela dependiam, através dos proventos que auferiu nas duas atividades ora mencionadas.

Sheila também chegou a participar da ONG

Igualdade, em Guaíba (RS), como auxiliar no tratamento de seus pares em relação às inúmeras espécies de doenças que poderiam acometê-los, mas sempre com ênfase nas infectocontagiosas. Assim, uma das principais atividades de nossa protagonista era buscar formar redes de apoio e trazer um mínimo de instrução às mulheres e meninas trans que estavam trabalhando nas ruas da cidade.

Além das precariedades do quadro vivenciado por Sheila, diversos são os momentos de violência, tanto reais quanto simbólicas. É o que se observou em sala de aula²⁰, nas negativas quando buscava emprego²¹ (mesmo tendo certeza absoluta de que aqueles existiam), nas violências expressas dentro do relacionamento tóxico que viveu com seu ex-companheiro, nas dificuldades que enfrentou no cárcere, no qual viveu o último ano de sua vida em função de uma discussão com o ex-parceiro.

Quanto a Verônica, teremos uma mulher trans, de estatura mediana, branca, loira e com idade por volta dos trinta anos. Essa segunda entrevistada tem fortes laços com a comunidade teuto-brasileira: seus avós são originários de regiões como Gramado e Dois Irmãos, ambas com forte influência europeia em suas composições.

Verônica nasceu em Sapiranga, interior do Rio Grande do Sul, mas ainda muito cedo foi viver em Novo Hamburgo, cidade vizinha àquela. A entrevistada tem vagas lembranças dos seus pais biológicos: sua mãe faleceu pouco antes que ela completasse um ano de idade e seu pai é de origem argentina, todavia sem registros robustos.

De qualquer forma, Verônica recebeu os primeiros cuidados de seus tios (pais de criação), no

tarem as rendas familiares e auxiliarem estes na sobrevivência.

¹⁸ Tendo em vista a origem social de Sheila conjugado com a necessidade de trabalhar no serviço doméstico, no cuidado aos irmãos mais novos, vemos que ocorre o abandono escolar, corroborando então com o disposto no texto de Brito (2014). Todavia, cabe ressaltar que a origem social, isoladamente, poderá influenciar nesse abandono, porém de forma mais modesta e fluida.

¹⁹ Aqui é crucial registrar que não houve intervenção da diretoria ou mesmo dos gestores da escola no sentido de procurar alocar Sheila em outra sala de aula ou mesmo em outra instituição. Ainda, faltou orientação aos colegas da entrevistada e seus pais no sentido de que fossem revistas as formas de tratamento impingidas expressamente discriminatórias.

²⁰ A entrevista com Sheila deixou evidente que ela sofrera uma série de violências no ambiente escolar. De forma mais expressa, ela enfrentou *bullying*, quando os colegas a chamavam de "mariquinha e veado". Em termos de violências de fato, ela foi apedrejada em mais de uma situação, na entrada e na saída da escola, bem como não teve seu nome social respeitado tanto por colegas quanto pelos professores, que se negavam a assim tratá-la, e não utilizavam o pronome de tratamento adequado ao gênero segundo o qual ela se reconhecia.

²¹ As negativas de emprego podem ocorrer em três momentos distintos: no pré-contratual, quando o indivíduo ainda está buscando uma alocação na instituição ou mesmo sendo entrevistado; no contratual, durante a vigência toda, por processos de preconceito ou discriminação; no pós-contratual, através de más referências injustificadas acerca do trabalho prestado pelo sujeito.

bairro Santo Afonso, um dos maiores da região, e pôde frequentar as salas de aula com grande liberdade e aproveitamento dos estudos. Nesse espaço, a entrevistada chegou a se filiar ao Grêmio Estudantil e conheceu a União Nacional dos Estudantes (UNE), espaços esses que lhe proporcionaram os primeiros contatos com a política. Além desses primeiros passos em sala de aula, Verônica chegou a frequentar os times de base do Grêmio, bem como se vinculou à Igreja Católica como coroinha, todavia não chegando a ser padre, como era o grande sonho de seus familiares.

A transição de Verônica, a exemplo do que ocorreu com Sheila, também se verificou na adolescência, período altamente conturbado para a população em geral. Também é nesse hiato que Verônica irá identificar suas primeiras crises de epilepsia, levando o quadro familiar a grandes preocupações até ter um diagnóstico mais sólido. No caso de Verônica, a sua transição foi iniciada por impulso de algumas travestis que trabalhavam nas ruas de Novo Hamburgo, nas proximidades de sua residência.

Ainda dentro da instituição escolar, Verônica desenvolveu um olhar apurado para as precariedades que se mostravam muito evidentes ao seu redor. Assim ela presenciou situações de racismo e carências socioeconômicas muito intensas em relação aos colegas de aula²². Nesses momentos iniciais, de acordo com a narrativa da entrevistada, é que começou a surgir seu interesse pela política.

Os anos seguintes de sua trajetória de vida vivenciada são altamente marcados pelo envolvimento com a política. Verônica chegou a trabalhar nas prefeituras de Novo Hamburgo e São Leopoldo e, alguns anos depois, foi assessora na Assembleia Legislativa de Porto Alegre. Em paralelo a esse movimento, Verônica sempre buscou adquirir maiores conhecimentos em termos de legislatura e acabou se candidatando aos cargos de vereadora, deputada estadual e deputada

federal. O primeiro ela chegou a assumir, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mas os outros ainda fazem parte de um sonho político, considerando que não chegou a se eleger.

Por fim, temos nesses exemplares duas trajetórias de vidas de mulheres trans, as quais, todavia, apresentam diferenças marcantes tanto durante os seus traçados quanto em termos de consequências atuais. Enquanto Sheila assumiu o papel de cuidadora ainda muito cedo e, tendo em vista as precariedades que enfrentou, ficou operando sempre na informalidade, temos, por outro lado, Verônica, uma mulher que engajou na política desde muito cedo (ainda nos bancos escolares) e fez dessa o seu mote de vida, conseguindo um sólido e representativo espaço no mercado formal de trabalho.

Políticas públicas educacionais

Após feitas as reconstruções de casos e percebidas as carências nos roteiros de vidas vivenciadas, teve-se como resultado uma experiência de vida em que houve dificuldades ou mesmo impedimentos para nossa sujeita (Sheila) adentrar no mercado formal de trabalho; percebemos, assim, uma grande lacuna no sentido de ter-se proteção efetiva ao direito basilar à educação, conforme previsto expressamente em nossa Constituição Federal (Brasil 1988).

Em especial, percebemos que no caso de Sheila houve uma situação acentuada que acabou afastando-a dos bancos escolares. Aqui, percebeu-se que nossa entrevistada participante foi vítima de *bullying*²³, além de outras espécies de violências reais ou mesmo simbólicas. Nesse caso, em específico, a pessoa entrevistada registra que, com frequência, era agredida dentro do espaço institucional, bem como nas suas proximidades, em função de sua orientação sexual e identidade de gênero. Sheila confessa que, inclusive, chegou em sua casa, em mais de uma oportunidade, sangrando e muito machu-

²² De forma expressa, Verônica relatou que os colegas teriam feito piadas com três amigas suas que eram negras, pelo fato de elas estarem usando os pentes de ferro que são mais comuns para tratar dos cabelos afros. Quanto à questão socioeconômica das meninas, Verônica relata que elas moravam em casas em condições muito precárias, sem luz elétrica, sem uma estrutura sanitária e de esgoto adequadas, além de dormirem juntas aos pais em uma pequena peça do casebre.

²³ De acordo com a Lei 13.185/2015 (Brasil 2015), artigo 1º, *bullying* vem a ser: "todo ato de violência física ou psicológica, intencional

cada em função das agressões impingidas pelos colegas de aula.

Corroborando o disposto em linhas anteriores, temos a pesquisa empírica de Grossi e Santos (2009) na qual houve um mapeamento das áreas onde mais se observaram a concretização do *bullying*. Dentre os principais espaços, temos então: sala de aula, recreio, horários de entrada e saída da escola, corredores, quadras de esportes, banheiros e refeitórios. Dessa forma, os achados em pesquisa empírica convergem com o que observamos em nossa investigação através das narrativas biográficas. Dentre os principais pontos que levam a esse tipo de violência, especificamente em relação à população trans, destacam-se o uso do nome social e dos sanitários. No tocante ao primeiro, o vemos como uma negação da identidade do sujeito, e que ocorre tanto por parte de colegas de aula quanto de professores(as) que se recusam a utilizar o nome pelo qual o sujeito se identifica. Já no tocante aos sanitários, além do constrangimento enfrentado, são comuns as agressões físicas e/ou sexuais provocadas pelos meninos quando há a negativa da menina trans em utilizar o sanitário adequado.

Como sugestão para o enfrentamento das situações de *bullying*, direcionamos para a investigação feita nas escolas de Porto Alegre, por Santos et al. (2014), que observaram as intercorrências daqueles locais. De acordo com as autoras, uma forma eficaz de reduzir essas violências é através dos círculos restaurativos, os quais, em suma, correspondem a oportunizar à vítima um diálogo franco e aberto com a pessoa agressora, podendo trazer outros personagens a participar, debatendo, pois, sobre o fato com vistas a buscar uma forma de acordo em que se consiga mitigar ou mesmo eliminar essas formas comportamentais que ainda observamos no dia a dia dessas instituições.

Em relação ao preconceito em geral, por motivos ligados à orientação sexual e/ou identidade de gênero, sugerimos o que Reidel (2013, 48) denominou em sua pesquisa de "Pedagogia do

salto alto", conforme já mencionamos, lembrando a importância desses adultos de referência na busca pela solução de conflitos que envolvam os temas aqui trazidos. Desse modo, as mulheres (professoras) trans, em sala de aula, podem inclusive ser mediadoras nas questões que envolvem homofobia e transfobia institucionalizadas.

Por conseguinte, registramos que é de crucial importância perceber e tratar essas espécies de intercorrências (na forma de *bullying*, violências reais ou simbólicas) no sentido de evitar as possíveis consequências que podem afetar a saúde dos alunos, conforme percebido nas pesquisas de Paniza e Moresco (2022), e Rosado (2023), conforme relatamos anteriormente. Nesse sentido, também, a pesquisa desenvolvida por Grossi e Santos (2009), em artigo no qual observamos que o preconceito, de diversas naturezas, foi percebido em 76% dos sujeitos entrevistados.

Feitas essas primeiras digressões e análises, partimos para o que encontramos em termos de discussões de resultados em nossa pesquisa investigativa maior. Vistas essas ocorrências na instituição escolar, entende-se como válido trazer a questão das políticas públicas educacionais como possível instrumento utilizado no enfrentamento da problemática. Essa alternativa de solução dos conflitos ficou fortemente registrada quando da análise do caso Sheila, uma vez que ela fora afastada dos bancos escolares, não tendo havido tentativas de colocá-la em outra sala de aula ou mesmo em outra instituição.

Pensando, pois, em termos de políticas públicas educacionais, temos a obra de Soares et al. (2023), que, ao investigar especificamente o público trans e referir-se ao período que estamos passando como "sombrio", também menciona a importância de reconhecermos as diferentes identidades de gênero para que, dessa forma, se evitem graves ameaças sociais, como racismo, homofobia e transfobia, as quais podem gerar por consequências não somente as violências mencionadas em análises anteriores, mas um sentimento de inferiorização pelo nosso sujeito

investigado em relação ao que se considera certo ou errado numa visão estreita que somente percebe o binário (em termos identitários).

Nossa preocupação, nesse ponto, é poder perceber como acessível a educação formal para todos, incluindo-se aqui as pessoas trans e travestis, que ainda são o grupo mais estigmatizado e vulnerabilizado; com isso, permitir que o ensino alcance uma grande gama de alunos e se evitem as exclusões que levam algumas pessoas "indesejadas" a viver às margens da sociedade. Outro grande propósito que se almeja é evitar que a escola seja um espaço reprodutor da violência. A partir do momento em que as diversidades se tornam naturalmente aceitas, há um rompimento com os comportamentos violentos e, com isso, alcançamos um respeito legítimo ao que prima nossa Constituição Federal (Brasil 1988) ao buscar um caráter democrático de sociabilidade.

Aqui, apontamos uma necessidade premente de políticas públicas educacionais: que busquem manter e proteger esses sujeitos dentro das salas de aula; por compreendermos que esse ambiente deve, além de ser salutar, permitir uma inserção em grupos de pertença e prepará-los para o mundo além do ambiente acadêmico, em especial para o mercado de trabalho, que tem se mostrado ainda muito reticente em absorver o público LGBTQIA*, em especial quando nos referimos às mulheres trans. Por derradeiro, entendemos que as políticas públicas específicas, como é o caso em destaque, podem seguramente dar conta do assunto que envolve violências e exclusões de diversas naturezas. Todavia, é crucial que sejam constantemente averiguadas a fim de que se tornem efetivas e funcionais para o propósito delineado.

Considerações finais

Feitas as devidas análises e reflexões acerca do tema do direito à educação e das questões a ele correlatas, verificou-se que existe ainda uma grande necessidade de ações afirmativas e políticas públicas educacionais que visem proteger

o público trans, em especial as mulheres, que são o recorte desta pesquisa.

A metodologia da pesquisa social interpretativa, também conhecida como *narrativas biográficas*, se mostrou totalmente eficaz na busca de dados que contemplem a trajetória de vida vivenciada de duas personagens trans, em que se apresentaram suas experiências de vidas e seus possíveis percalços na busca por um espaço nas instituições escolares.

Dentro dessa perspectiva, o que se observou foi a ocorrência da evasão escolar em função das violências de todas as naturezas impingidas por colegas ou mesmo pelos professores em diversos espaços daquele ambiente institucional. Embora tenhamos apresentado somente dois casos da pesquisa de campo, sendo que um deles revelou a questão da evasão escolar de forma expressa, é importante salientarmos que o panorama geral é mais complexo, conforme evidenciado no texto quando mencionamos o relatório da ANTRA (Benevides e Nogueira 2021), e as pesquisas da ABLGT (2016) e de Xavier (2020).

Visto isso, compreendeu-se que, embora nossa legislação seja clara quando alude tanto aos direitos sociais quanto à educação, ainda há uma grande deficiência na aceitação e no respeito a alguns sujeitos, em especial ao público LGBTQIA*, nos espaços destinados aos estudos e à formação acadêmica. Assim, problemas como o *bullying* e as violências de diversas naturezas ainda fazem parte do cotidiano desse estrato populacional com muita frequência.

Em face do contexto apresentado, entende-se que políticas públicas educacionais estruturadas para proteger o público trans, em especial, fazem-se cada vez mais prementes²⁴. O intuito do uso dessa forma de solução de problemas não se fixa somente em propiciar a permanência das alunas trans e travestis no espaço educacional, mas também confere a possibilidade de lhes dar um melhor preparo técnico e acadêmico para poderem participar ativamente do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, também a lição

²⁴ Aqui é importante registrar que Ribeiro (2011) entende que, quando as escolas se mostram aptas a oferecer um ensino de qualidade, estão colaborando, além de à formação dos alunos(as), com o movimento de permanência desses em sala de aula e, portanto, com uma

de Brito (2014) quando salienta que a educação funciona efetivamente como instrumento de superação das desigualdades, assim como pode ocorrer de servir como transmissor no tocante à mobilidade social. Esse autor também registra que as pesquisas empíricas feitas entre as décadas de 1960 e 1970 evidenciaram que, além da forte influência da educação, se observou um grande impacto da origem social: os indivíduos de classe mais alta tinham maiores chances de ascensão.

Quanto ao espaço no mercado formal de trabalho, ficou evidente, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na empírica, que ainda está muito distante de ser o ideal para as mulheres trans, que se veem preteridas de uma oportunidade naqueles locais e, portanto, acabam operando em local totalmente precarizado, em que há uma negação dos direitos mais basilares, como vínculos empregatícios, previdenciários e, acima de tudo, uma real segurança dentro de uma relação trabalhista.

Em termos locais, temos que no Rio Grande do Sul foi implementado o Programa Agiliza, em 2021, no qual o governador Eduardo Leite destinou a cifra de mais de R\$ 500 milhões para a manutenção e a preservação das escolas. Também nesse sentido, temos, nas palavras da Secretária da Educação Raquel Teixeira (2025), que a Agenda de Educação 2025-2035 irá viabilizar uma melhor infraestrutura das escolas, com novas ferramentas pedagógicas e um sistema mais efetivo de avaliação educacional. Espera-se, com esse movimento recente, que o público trans também possa ser beneficiado com programas dessa extensão que visam atender a sociedade gaúcha em geral, considerando que não há nenhuma menção específica a esse estrato populacional²⁵.

Finalmente, é crucial que se compreenda a grande necessidade de atender esse público de maneira eficaz, visando retirar esses sujeitos das ruas e das margens societárias, possibilitando assim que possam ter um real sentimento de

pertença e sejam vistos, acima de tudo, como seres humanos.

Referências

- Araújo, Gilda Cardoso de. 2011. "Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: 'o problema maior é o de estudar'." *Educar em Revista* (39): 279-292. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso.
- ABLGT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. 2016. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. ABLGT.
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2020. *Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans*. <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>.
- Ávila, Alynny Luiza Ricco. "Dos Limites da Estrutura às Possibilidades da Ação: o Processo de Desescolarização Precoce de Jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre/ RS." In: 22º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2025, São Paulo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia.
- Benevides, Bruna G., e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. 2021. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. ANTRA.
- Bento, Berenice Alves de Melo. 2015. *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. EdUFRN.
- Bourdieu, Pierre. 2002. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Brasil. 2015. "Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015." *Diário Oficial da União*, seção 1 (213). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm.
- Brasil. 1988. *Constituição 1988*. República Federativa do Brasil. Senado Federal.
- Brito, Murillo Marschner Alves de. 2014. *A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Cenpec. 2025. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil*. <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil/>.
- Cúnico, Sabrina Daiana, Ângelo Brandelli Costa, e Marlene Neves Strey. 2019. *Gênero e violência: repercussões nos processos psicossociais e de saúde*. EdPUCRS.
- Educacionais no Brasil." *Revista de Ciências Sociais* 54 (1): 41-87.

melhor formação de capital humano e social.

²⁵ Em contato direto com a Secretaria de Educação e Cultura (Seduc), através do gabinete desse órgão, recebemos a informação de que o programa não apresenta, até o momento, um direcionamento específico para o público trans e/ou travesti.

Fernandes, Reynaldo. 2011. *Ensino médio: como aumentar a atratividade e evitar a evasão?* Universidade de São Paulo.

Grossi, Patrícia Krieger, e Andréia Mendes dos Santos. 2009. "Desvendando o fenômeno *bullying* nas escolas públicas de Porto Alegre, RS, Brazil." *Revista Portuguesa de Educação* 22 (2): 249-267.

Inep. 2023. *Censo Escolar. Indicadores Estatísticas Gerais*. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ViNDJhN-DEtMTMoOCooZmFhLWlyZWYtZjltYjUoNzQzMTJhI-widCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWVMTNGlxZS05NzhmLW-VhNGMwNzc0MzRiZiJ9>.

Neves de Jesus, Náila, e Rita Maria Radl-Philipp. 2022. "Vivências marcadas pela transfobia: memória e narrativas de discriminação e violência de mulheres trans e travestis." *Caderno Espaço Feminino* 35 (1): 400-418.

Oliveira, Jacson Caprini. *Vivências trans e o mundo do trabalho: uma análise a partir das narrativas biográficas*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2025.

Paniza, Maurício Donavan Rodrigues, e Marcielly Cristina Moresco. 2022. "À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho." *Revista de Administração de Empresas* 62 (3): 1-20.

Pereira, Lara Torrada, Paula Costa Ribeiro, e Juliana Lapa Rizza. 2020. "A ofensiva antigênero e seus efeitos: um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica." *Revista Retratos da Escola* 14 (28): 107-126. <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>.

Pereira, Thaylize Goes Nunes. 2020. "O êxodo rural e as principais mudanças no rural-urbano." *Claro Educação*. www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/o-exodo-rural-e-as-principais-mudancas-no-rural-urbano/.

Peres, Wiliam Siqueira. 2009. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, organizado por Rogério Diniz Junqueira. Unesco: Ministério da Educação.

Reidel, Marina. 2013. *A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ribeiro, Carlos Antonio Costa. 2011. "Desigualdade de Oportunidades e Resultados

Rosado, Marcela Durán. 2023. "Educación y trabajo digno: de los derechos a las prácticas transfóbicas." *RLEE Nueva Época* 53 (2).

Rosenthal, Gabriele. 2014. *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*, traduzido por Tomas da Costa. EdIPUCRS.

Rosenthal, Gabriele. 2017. *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas*, traduzido por Tomas da Costa. EdIPUCRS.

Rumberger, Russell W. "Why students drop out of school and what can be done." In: CONFERENCE ON DROPOUTS IN AMERICA: HOW SEVERE IS THE PROBLEM? WHAT DO WE KNOW ABOUT INTERVENTION AND PREVENTION, 2001, Harvard. <https://escholarship.org/uc/item/58p2c3wp.pdf>.

Salata, André. 2019. "Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil." *Intersecções* 21 (1): 99-128.

Santos, Andréia Mendes dos, Patrícia Krieger Grossi, e Patricia Teresinha Scherer. 2014. "Bullying nas escolas: a metodologia dos círculos restaurativos." *Educação* 37 (2): 278-287.

Santos, Hermílio. 2009. "Interpretations of everyday life: Approximations to the analysis of lifeworld." *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 9 (1): 103-117. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2009.1.5572>.

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. 2014. *Plano estadual de educação do Rio Grande do Sul PEE-RS. Cadernos temáticos para o debate*. https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_caderno_3_20140915.pdf.

Seffner, Fernando. 2011. "Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade." *Estudos Feministas* 19 (2): 336.

Silva, Camila da. 2024. "Abandono escolar atinge recorde histórico entre crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, mostra IBGE." *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abandono-escolar-atinge-recorde-historico-entre-criancas-e-adolescentes-do-ensino-fundamental-mostra-ibge/>.

Smarjassi, Celia, e Jose Henrique Arzani. 2021. "As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica." *Revista Educação Pública* 21 (15). <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>.

Soares, Marco Aurélio de Almeida, Stephanie Miranda dos Santos, Gustavo dos Santos Souza, e Carlos Magno Naglis Vieira. 2023. *Escritos na diversidade: gênero e interculturalidade*. RFB.

Teixeira, Raquel. "Um Estado pela educação." Governo do Estado do Rio Grande do Sul. <https://www.estado.rs.gov.br/um-estado-pela-educacao>.

Tribunal de Contas da União. 2021. *Política pública em dez passos*. Secretaria-Geral de Controle Externo: Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção.

Unicef, e Cenpec. 2021. *Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série*. <https://trajetoriaescolar.org.br/>.

Xavier, Thais Pimentel de Oliveira. 2020. *Direito das Pessoas Trans à Educação no Município de São Paulo: histórias de abjeção, exclusão e resistência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

Jacson Caprini de Oliveira

Possui graduação em direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (2000). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, é pós-graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul (2008) com ênfase em Direito Penal, e pós-graduado em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2011). Além disso, é mestre em Ciências Criminais pela PUCRS, com ênfase em Criminologia (2013), sendo a linha de pesquisa "Violência, crime e segurança pública", e doutor em Sociologia e Ciência Política nessa mesma instituição (2025).

Ângelo Brandelli Costa

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2009), especialista em Psicologia Social e em Psicologia em Saúde (CFP, 2014), mestre em Psicologia Social e Institucional (PGPSI/UFRGS, 2012), doutor em Psicologia (PPGPSICO/UFRGS, 2015) e com estágio pós-doutoral no PPGPSICO/UFRGS (2017). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Medicina e Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.

Endereço para correspondência

JACSON CAPRINI DE OLIVEIRA

Rua Duque de Caxias, 232/201

Centro Histórico, 90010-280

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

ÂNGELO BRANDELLI COSTA

Rua dos Andradas, 349/401

Centro Histórico, 90020-000

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.